



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 13/2022

Período: 23/04/2021 - 29/04/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Coluna avalia carreira política de Mourão
- 2- Decreto presidencial de indulto concedido a deputado federal repercutiu entre militares
- 3- General Santos Cruz se dispôs a ser candidato à Presidência
- 4- Participação das Forças Armadas no processo eleitoral causou atrito entre poderes Executivo e Judiciário
- 5- Editorial reafirmou importância da transparência sobre o regime militar
- 6- Colunistas discutiram os efeitos da presença de militares na política e no governo Bolsonaro
- 7- Bolsonaro cobrou participação dos militares na apuração eleitoral
- 8- Exército brasileiro foi procurado pela Alemanha para viabilizar doação de blindados à Ucrânia

1- Coluna avalia carreira política de Mourão

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou sobre a atuação do atual vice-presidente da República, general da reserva Hamilton Mourão, que irá concorrer ao cargo de senador pelo estado do Rio Grande do Sul nas próximas eleições. O jornalista comentou que, no início do mandato, Mourão era apelidado de “Mozão” e visto como um homem cordial, racional e democrático, diferente da imagem de general “linha-dura” que anteriormente possuía. O general teria passado a representar o “poder moderador” no país, no sentido de que a presença do Exército no Palácio do Planalto conseguiria conter o autoritarismo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o texto, essa atuação não seria mais do que uma falsidade, uma vez que Mourão, quando presidia o Clube Militar, exaltava o golpe militar de 1964 e o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, não surpreendendo ao fazer uma piada com a tortura de opositores políticos do regime. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/04/22)

2- Decreto presidencial de indulto concedido a deputado federal repercutiu entre militares

Condenado a oito anos e nove meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) recebeu indulto por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 20/04/2022. De acordo com

reportagem do periódico *Correio Braziliense*, após a concessão do perdão ao deputado, o Clube Militar do Rio de Janeiro publicou uma nota escrita pelo general da reserva Eduardo José Barbosa, na qual tanto a condenação quanto os ministros do STF eram criticados: “[é] lamentável termos no Brasil, ministros cujas togas não serviriam nem para ser usadas como pano de chão, pelo cheiro de podre que exalam”, afirmou o general Barbosa na nota. Para o colunista do periódico, jornalista Luiz Carlos Azedo, o apoio que o presidente recebeu do Clube Militar com a publicação da nota vai ao encontro do apoio que “Bolsonaro espera ter dos comandantes militares”, ademais de revelar um “mal-estar generalizado” da cúpula militar com a anulação da condenação do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelo STF. Já em coluna ao *Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde defendeu que ainda seria preciso “saber se as Forças Armadas [como instituição] apoiam o ataque do presidente [...] ao Supremo, para defender um tipo como Daniel Silveira”, uma vez que, durante o governo Bolsonaro, a instituição tem “produzido notícias constrangedoras” que podem abalar o seu status como uma das “instituições mais confiáveis e admiradas pela sociedade” brasileira. (*Correio Braziliense* - Poder - 24/04/22; *Correio Braziliense* - Política - 24/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 24/04/22)

3- General Santos Cruz se dispôs a ser candidato à Presidência

Em reportagem ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz afirmou ter colocado seu nome à disposição do partido político Podemos para a disputa presidencial, após a saída do ex-juiz federal Sergio Moro do partido. Para Santos Cruz, sua candidatura poderia redirecionar para si o “eleitorado identificado com Moro e com os militares que, segundo as pesquisas, havia migrado em parte de volta para Bolsonaro”, surgindo, assim, como uma opção na terceira via. No entanto, a candidatura do general ainda não foi aprovada pela convenção do Podemos. O jornal informou que no início do governo de Jair Bolsonaro, Santos Cruz foi ministro-chefe da Secretaria de Governo, mas acabou deixando o posto alguns meses depois e “passou à oposição ao governo”. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 24/04/22)

4- Participação das Forças Armadas no processo eleitoral causou atrito entre poderes Executivo e Judiciário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso criticou o movimento político que, em sua avaliação, intenta usar as Forças Armadas para atacar o processo eleitoral brasileiro. Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Barroso disse em um evento na universidade alemã Hertie School: “É preciso ter atenção a esse retrocesso cucaracha de voltar à tradição latino-americana de colocar Exército envolvido com política”. O ministro completou dizendo que as Forças Armadas devem resistir ao invés de serem objetos das “paixões políticas”. No mesmo dia, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, divulgou uma nota dizendo que repudia “qualquer ilação ou insinuações, sem provas, de que as Forças Armadas teriam recebido orientação para efetuar ações contrárias aos princípios da democracia”. De acordo com os periódicos, Barroso citou as trocas de ministros feitas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e sua participação nos atos

antidemocráticos do ano passado. O ministro também convidou militares para integrar a Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que analisa a apuração eleitoral e o uso das urnas eletrônicas. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, outros militares membros do governo Bolsonaro também reagiram às falas de Barroso. Dentre eles, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, que afirmou que as “Forças Armadas não são crianças para serem orientadas”. Além dele, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, o general da reserva Luiz Eduardo Ramos, compartilhou a nota da Defesa alegando que é dever das Forças Armadas defender a soberania nacional, reiterando a importância de sua participação para “eleições democráticas e transparentes”. Ademais, o também general da reserva Paulo Chagas acusou o ministro do STF de crime militar de ofensa às Forças Armadas, baseando-se no artigo 219 do Código Penal Militar, que prevê pena de um mês a até seis anos por propagação de mentiras que desacreditem ou abalem a confiança do povo nas Forças Armadas. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* comparou as reações da Defesa à fala de Barroso aos repúdios de envolvimento de militares nas eleições da Colômbia, reafirmando que, mediante os conflitos de opinião entre os envolvidos, é necessário lembrar a necessidade de apartidarismo e neutralidade de magistrados e militares no processo eleitoral. (*Correio Braziliense* - Política - 26/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 26/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 25/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/04/22)

5- Editorial reafirmou importância da transparência sobre o regime militar

Segundo o editorial do periódico *O Estado de S. Paulo*, a divulgação, por parte da jornalista Miriam Leitão, de gravações em áudio de sessões do Superior Tribunal Militar entre 1975 e 1985 mostrou a importância da transparência na pesquisa histórica sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ainda segundo o jornal, o trabalho de pesquisa histórica é imprescindível, principalmente no momento que o país atravessa, em que existe “um esforço deliberado para negar ou minimizar as violências e agressões cometidas pelo regime”. *O Estado* citou o Ato Institucional Nº 5, afirmando ter sido “uma brutalidade do regime militar contra a população brasileira”. (*O Estado de S. Paulo* - Opinião - 25/04/22)

6- Colunistas discutiram os efeitos da presença de militares na política e no governo Bolsonaro

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Vinicius Sassine evidenciou a forte ligação entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os generais do Exército durante seu mandato, alegando que, a partir de pensamentos coincidentes, não há a presença de uma moderação mútua. Nesse contexto, o jornalista apontou para a falta de represália aos comportamentos dos militares durante o mandato, citando como exemplos o deboche do vice-presidente, general Hamilton Mourão, e do general Luis Carlos Gomes Mattos sobre a tortura na ditadura; a comemoração do golpe militar de 1964; o comportamento dos generais do Alto-Comando; as operações na Amazônia e as demarcações estratégicas de terras indígenas “de olho em reservas minerais”; os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF); o envolvimento do general Villas Bôas, comandante do Exército de 2015 a 2019,

no julgamento do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a posterior indicação de Villas Bôas, por Bolsonaro, para um cargo no Planalto; a garantia de perdão ao ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por parte do ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, que também lutou pelo perdão ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). Além disso, Sassine também discorreu sobre o uso do Exército por Bolsonaro em seus ataques às urnas eletrônicas, afirmando que os generais são “avessos à transparência e crítica”, e apontou para essa relação à medida que se aproximam as eleições presidenciais de 2022. Por outro lado, o general de divisão da reserva Otávio Santana do Rêgo Barros, em coluna opinativa no jornal *Correio Braziliense*, defendeu a realização de estudos mais aprofundados sobre o papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. Rêgo Barros citou o livro do professor José Murilo de Carvalho –“Forças Armadas e a política no Brasil” (Editora Todavia, 2005)– e questionou se o governo do presidente Jair Bolsonaro é de fato militarizado. Ademais, pontuou sobre os gastos militares “percentualmente baixos em relação ao PIB”, sobre a profissionalização das Forças Armadas, a maturidade da democracia brasileira e o envolvimento das Forças Armadas no cenário político. O general ainda afirmou que é necessário “suturar logo a ferida” que coloca em tensão civis e militares, de modo a impedir que se chegue ao ponto em que, citando o artigo 142 da Constituição Federal, um dos Poderes da República “tenha que se valer das Forças Armadas para a recomposição da lei e da ordem”. Já o advogado e professor Silvio Almeida, em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, afirmou que o Brasil não é mais um país democrático, pois “pessoas com armas na cintura” se sentem autorizados a participar do debate público. Segundo o professor, em sociedades minimamente organizadas, militares são proibidos de opinar sobre política porque “não é possível negociar em termos republicanos com pessoas armadas”. Ele também negou que a Constituição Federal dê às Forças Armadas a condição de poder moderador. Por fim, cobrou da sociedade que evite reagir ao medo das armas com paralisia e capitulação, e que tenha coragem, como virtude cívica para a ação política. (*Correio Braziliense – Opinião – 29/04/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 26/04/22; Folha de S. Paulo – Política – 29/04/22*)

7- Bolsonaro cobrou participação dos militares na apuração eleitoral

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no decurso do evento “Liberdade de Expressão”, que ocorreu no Palácio do Planalto em 27/04/22, o presidente da República, Jair Bolsonaro, sugeriu a “suspeição” das eleições de 2022 se ocorrer algo “anormal”. Conforme Bolsonaro, isso afetaria o pleito para todos os cargos eletivos, englobando governos e Assembleias Legislativas estaduais, além da Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Bolsonaro apontou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou as Forças Armadas para verificar o processo, no entanto, teriam se esquecido de que ele é o chefe das Forças Armadas. O presidente ainda sugeriu que haveria uma “sala secreta”, onde supostamente se fabricam o resultado das eleições. Segundo Bolsonaro, uma alternativa sugerida pelas Forças Armadas seria uma contagem paralela dos votos no TSE, “uma ramificação um pouco à direita”, feita através de um computador das Forças Armadas. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o evento promovido por Bolsonaro reforçou os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e cobrou a participação dos militares na apuração das eleições. O periódico relacionou as

falas do presidente às tensões que envolveram o perdão presidencial ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), que havia sido condenado pelo Supremo, e a uma declaração do ministro do STF Luís Roberto Barroso de que as Forças Armadas estariam sendo conduzidas a atacar as eleições. Segundo o periódico, Bolsonaro cobrou que o TSE corrobore as sugestões das Forças Armadas para o processo eleitoral, afirmando que apenas dessa forma será possível confiar nas eleições. Ainda de acordo com o *Correio Braziliense*, o deputado federal Israel Batista (PSB-DF) ingressou com uma notícia-crime no STF contra o presidente, acusando-o de crime contra o Estado democrático de direito por ameaçar as eleições. Ele também comentou sobre a politização dos militares: “as Forças Armadas devem defender pessoas. A política é feita por homens e mulheres desarmados, para resolver nossas divergências pela lei e pelas eleições”. Ainda de acordo com o *Correio Braziliense*, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), rebateu as críticas ao presidente: “Ele tem uma posição clara quanto a isso. Acho que foi aquela manifestação do Barroso sobre as Forças Armadas que causou essa reação”. (Correio Braziliense - Política - 28/04/22; Correio Braziliense – Política – 29/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 28/04/22; Folha de S. Paulo – Política – 29/04/22)

8- Exército brasileiro foi procurado pela Alemanha para viabilizar doação de blindados à Ucrânia

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Alemanha quer a ajuda do Brasil para viabilizar a doação de blindados Flakpanzer Gepard, de defesa antiaérea, para a Ucrânia se defender da Rússia, que invadiu o país em fevereiro de 2022. Segundo o periódico, o modelo deixou de ser operado na Alemanha em 2010, mas o país vendeu ao Exército brasileiro, em 2013, 34 unidades blindadas, visando a segurança de grandes eventos como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Passados os eventos, o Exército teria procurado a Alemanha para revender os blindados, sem sucesso. De acordo com a *Folha*, a Alemanha anunciou em 26/04/22 o envio de unidades para a Ucrânia, mas esbarrou na falta de munição. A KMW, fabricante do Gepard, tem apenas 23 mil cartuchos de 35 mm usados pelos canhões do modelo contra alvos aéreos em baixa altitude. Com uma cadência de 1.100 tiros por minuto, isso dá pouco mais de 20 minutos de operação em apenas um blindado. A reportagem citou a tentativa alemã de adquirir 300 mil cartuchos do Brasil e da Jordânia, únicos países, além da Romênia, que operam o veículo. No entanto, o Centro de Comunicação Social do Exército informou que não recebeu nenhum pedido. Um diplomata em Brasília, sob a condição de anonimato, afirmou que é altamente improvável que o governo do presidente da República Jair Bolsonaro efetive a venda, devido à sua posição de neutralidade crítica à guerra. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/04/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima